

Políticas de Educação Profissional

Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

Pós-Graduação em Projetos Educacionais de Ciências PPGPE-EEL/USP
Profa. responsável: Diovana A. S. Napoleão

Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

1- A CHEGADA DOS PORTUGUESES NO BRASIL

- Quando os portugueses chegaram no Brasil, ao rei de Portugal importava as novas fontes de receitas em período de declínio da Coroa Portugueses;
- Para o povo português a oportunidade de ter uma vida melhor e livrar-se de um sistema social opressor seria migrar para outro país;
- O grande interesse dos portugueses era pelo ouro e as especiarias. O ouro seria utilizado na decoração de templos, palácios e na confecção de roupas;
- O Brasil naquela época já constituía uma grande extensão territorial e diversidade climática e de solo, com a população escassa e dispersa;
- Com o projeto colonial português era amplo e globalizante buscava-se a expansão além-mar;



Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

- As colônias de exploração centravam-se na produção de gêneros que interessassem ao mercado internacional. A diversidade das condições naturais em comparação às europeias, propiciavam a obtenção de gêneros atrativos, como o açúcar (ouro branco);
- O Brasil como colônia de exploração foi marcado pela dependência de um Estado Absolutista, cujo poder se concentrava na presença do rei;
- Com base nesta descrição será pontuado os acontecimentos, desde o período colonial até os dias atuais, relacionados ao trabalho e a educação.



Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

2- PERÍODO COLONIAL NO BRASIL (1500 – 1822)

- Os escravos trabalhavam para movimentar a economia baseada na extração e no comércio de madeira e na agroindústria açucareira, enriquecendo os proprietários das terras;
- A formação da mão de obra para a realização dos ofícios na vida colonial acontecia na vivência e na experiência diárias, sem que ocorresse a sistematização de práticas formais de estudo;
- O modelo econômico do Brasil nesse período histórico desenvolveu-se pelo molde agroexportador definido pela Coroa Portuguesa;
- A metrópole impunha resistência à instalação de estabelecimentos industriais na colônia (final do século XVIII);
- Dessa forma a estrutura socioeconômica foi organizada para atender o pacto colonial e favorecer o enriquecimento do empresariado europeu, fazendo avançar o capitalismo em âmbito internacional.



Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

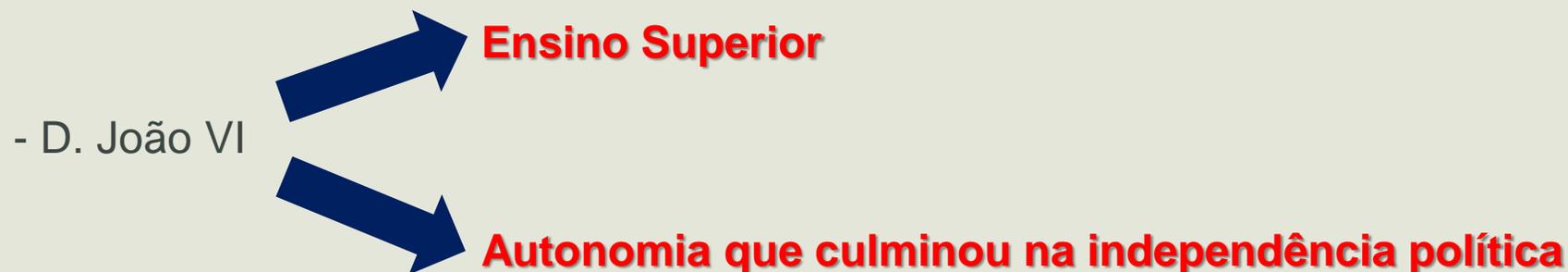
2- PERÍODO COLONIAL NO BRASIL (1500 – 1822)

- A vinda de D. João VI com a família real para o Brasil foi um marco histórico para a promoção de mudanças políticas, sociais, econômicas, culturais e educacionais que ocorreram após o ano de 1808;
- Através da permissão para a instalação e o funcionamento de empresas industriais, houve o incentivo da criação do Colégio das Fábricas, em 1809;
- Em função da carência de empreendimentos industriais que eram proibidos de funcionar e da discriminação dirigida a determinados trabalhos manuais, havia escassez de mão de obra para as ocupações necessárias ao desenvolvimento do país;
- A presença de D. João VI no Brasil trouxe sensíveis mudanças para o quadro educacional da época, em decorrência da criação de **Cursos Superiores** não tecnológicos e das primeiras instituições públicas de Ensino Superior

Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

2- PERÍODO COLONIAL NO BRASIL (1500 – 1822)

- O período joanino foi marcado com a Missão Cultural Francesa que viabilizou a criação da Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil em 1820, que foi transformada em Escola Nacional de Belas-Artes.



Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

3- PERÍODO IMPERIAL (1822 – 1889)

- Destaca-se que a primeira Constituição Brasileira, outorgada em 25 de março de 1824, ao tratar da educação, **referia-se apenas à gratuidade de instrução primária e a dispositivos pertinentes à organização dos colégios e das universidades**, como locais de ensino das ciências, belas letras e artes.
- A Constituição de 1824 não contemplou em seus artigos questões relativas ao Ensino de Ofícios.
- Neste sentido em 1826 tramitou na Câmara dos Deputados um projeto de lei que dispunha sobre a história da Educação Brasileira, abordando o ensino público nos diferentes níveis em todo o país.
- **Pedagogia (Primeiro Grau), Liceus (Segundo Grau), Ginásio (Terceiro Grau) e Academia (Ensino Superior)**
- Em 1827 o projeto lei foi aprovado e incluiu nas Escolas de Primeiro Grau o estudo de noções de Geometria, Mecânica e Agrimensura e os Liceus foi introduzido o ensino de Desenho. Para a formação de meninas ficou definida a obrigatoriedade do ensino de Corte e Costura.

Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

3- PERÍODO IMPERIAL (1822 – 1889)

- 1837 foi fundado no Rio de Janeiro o Imperial Colégio de D. Pedro II, com o ensino secundário de **caráter humanístico e literário**. Nessa época, o Ensino Superior objetivou a formação de quadros qualificados para desenvolver as atividades de produção e atender a burocracia do estado;
- 1888, a **Lei n. 3353** de 13 de maio, denominada **Lei Áurea** extinguiu a escravidão no Brasil, finalizando um período de quase 400 anos, no qual o desenvolvimento socioeconômico e cultural recebeu uma grande contribuição dos escravos;
- 1889 ocorreu a proclamação da República Brasileira, essa nova organização política acarretou transformações no cenário socioeconômico, cultural e educacional brasileiro.

Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

4- DEFINIÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA

- Políticas Públicas são o conjunto de disposições, medidas e procedimentos que traduzem a orientação política do Estado e regulam as atividades governamentais relacionadas as tarefas de interesse público.

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS



REFEREM-SE A TODAS AS AÇÕES QUE O GOVERNO EXECUTA OU NÃO EM RELAÇÃO A EDUCAÇÃO

POLÍTICAS PÚBLICAS MISTAS



BOLSA FAMÍLIA (AUXÍLIO BRASIL); BRASIL CARINHOSO; BOLSA VERDE; CARTEIRA DO IDOSO; TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA (200 kWh)

Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

4.1- TIPOS E CARACTERÍSTICAS DAS POLÍTICAS DO ESTADO

TIPOS	CARACTERÍSTICAS	OBSERVAÇÕES
Políticas de Estado Distributivas	Privilegiar uma parcela da população, independente da limitação dos recursos públicos.	Ocorrência do clientelismo e do assistencialismo. Ex.: Programa Bolsa Família
Políticas de Estado Redistributivas	Destinação de bens e serviços para camadas específicas da sociedade, em detrimento de outros grupos sociais.	As cotas para estudantes afrodescendentes em universidades públicas.
Políticas de Estado Regulatórias	Essas políticas regulam, ordenam e proíbem por meio de decretos e portarias.	Ex.: Decretos e Portarias.
Políticas de Estado Constitutivas	Estabelecem normas e os procedimentos. São a base para a formulação e a implementação das demais políticas.	Ex.: A Constituição Federal de 1988.

Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

4.3- CATEGORIAS EXISTENTES NA POLÍTICA PÚBLICA

PODER LEGISLATIVO – vereadores, deputados e senadores

PODER EXECUTIVO – prefeitos, governadores e presidente

INICIATIVA POPULAR – com as demandas da sociedade e o direito da participação popular garantida por lei

Atualmente a construção das políticas públicas são:

CO-PRODUÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE

Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

4.4- INFLUÊNCIAS NA POLÍTICA PÚBLICA

INTERNACIONAIS – são correspondentes a políticas internacionais que pressionam as ações das políticas públicas no Brasil como em outras partes do mundo

NACIONAIS – são influências nacionais que estão associadas aos movimentos nacionais que lutam pelos seus interesses educacionais

LOCAIS – são influências locais, como por exemplo, para onde se destina a política pública ou qual será o público que se destina essa política;

Exemplos: UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância e a UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

BANCO MUNDIAL – o Banco Mundial pauta em situações relativas a educação não somente no Brasil, mas no mundo, sob o propósito de prestar **auxílio financeiro aos países em desenvolvimento**

Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

5- ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - IDEB

- O índice é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações no Inep e em taxas de aprovação (evasão também é considerada)
- O índice é medido a cada dois (2) anos e o objetivo é que o país a partir do alcance das metas municipais e estaduais, obteve nota 6 em 2022 – correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos
- O indicador utilizou na primeira medição dados que foram levantados em 2005
- Em 2007 essa nota subiu para 4,2, ultrapassando as projeções que indicavam um crescimento de 3,9 neste período
- A fixação da média 6 a ser alcançada considerou o resultado obtido pela OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico quando se aplica a metodologia do Ideb em seus resultados educacionais

Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

5.1- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb

A partir da análise dos indicadores, o MEC ofereceu apoio técnico ou financeiro aos municípios com índices insuficientes de qualidade de ensino. O aporte de recursos ocorreu a partir da adesão do compromisso de todos pela educação e da elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR)

De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), as metas são:

Ideb	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

5.2- ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – IDEB

Categorias	Resultados em 2015	Metas para 2015
Anos iniciais do ensino fundamental	5,5	5,2
Anos finais do ensino fundamental	4,5	4,7
Ensino Médio	3,7	4,3

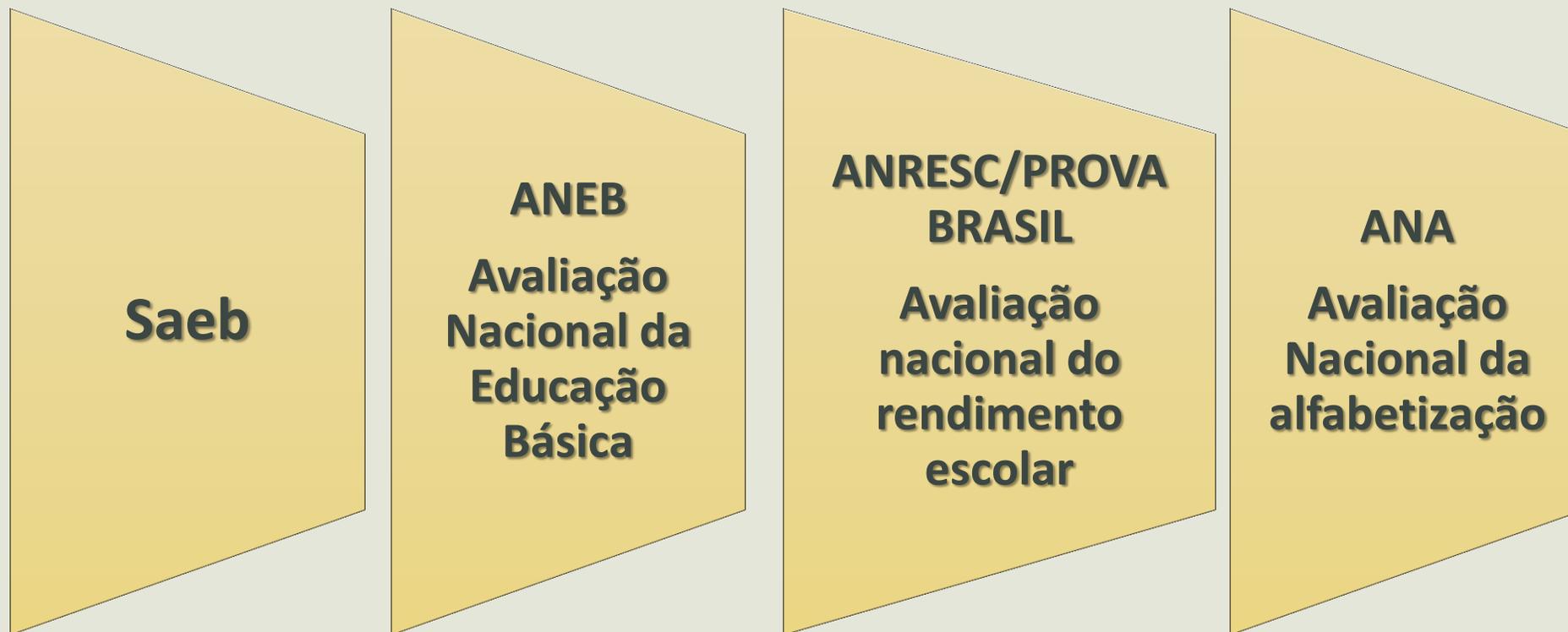
Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

5.3- CÁLCULO DO ÍNDICE RELACIONADO AS METAS

- O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante
- Criado na década de 90, tem sido executado a cada dois (2) anos por meio de testes e questionários
- Avalia o desempenho de amostra de alunos da 4ª série (5º ano), 8ª série (9º ano) e do 3º ano do Ensino Médio
- O Saeb atinge a rede pública e a rede particular

Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

5.4- SAEB E SUAS CONFLUÊNCIAS



São avaliações externas, institucionalizadas de larga escala que produzem índices que precisam ser interpretados

Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

5.5- SAEB 2021

- O Saeb passou por mudanças, as nomenclaturas não são mais significativas. Essas mudanças possibilitando acompanhar as transições da sociedade e o que está acontecendo de novo na educação que está relacionado a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)
- Em 2021 no novo Saeb promove uma mudança significativa, com o objetivo de implementar as novidades previstas pela BNCC para a educação e o novo Ensino Médio

Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

5.6- MUDANÇAS NO SAEB

ANTES	DEPOIS
Era aplicado aos alunos dos últimos anos de cada segmento de forma bienal	Será aplicado anualmente para todos os anos e séries da educação básica a partir do 2º ano (momento em que se espera a conclusão do ciclo de alfabetização)
Era aplicado para as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática	A meta é a avaliação para todas as áreas do conhecimento

Educação Infantil – Apenas a Educação Infantil continuará a fazer a prova a cada dois (2) anos

Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

6- NOVO ENSINO MÉDIO

O Saeb será aplicado para todos os anos e além de avaliar o desempenho dos alunos, também será uma alternativa para o ingresso no ensino superior

Portaria nº 10, 8 de janeiro de 2021

Art. 1º Estabelecer, na forma desta Portaria, as diretrizes gerais para implementação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), nos termos da Portaria MEC nº 458, de 5 de maio de 2020, por meio do planejamento e execução do Portfólio de Programas e Projetos Estratégicos.

Parágrafo único. O Saeb será realizado pela União, em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e contará com a coleta de dados junto aos sistemas de ensino e às escolas públicas e privadas brasileiras.

Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

Art. 2º O Saeb é um conjunto de instrumentos que permite a produção e a disseminação de evidências, estatísticas, avaliações, exames e estudos a respeito da qualidade das etapas que compõem a educação básica, que são:

- I - a Educação Infantil;
- II - o Ensino Fundamental; e
- III - o Ensino Médio.

Art. 3º O Saeb é um sistema de avaliação externa em larga escala, composto por um conjunto de instrumentos e que tem por objetivos, no âmbito da Educação Básica:

Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

I - construir uma cultura avaliativa, ao oferecer à sociedade, de forma transparente, informações sobre o processo de ensino-aprendizagem em cada escola, comparáveis em nível nacional, anualmente e com resultados em tempo hábil, para permitir intervenções pedagógicas de professores e demais integrantes da comunidade escolar;

II - produzir indicadores educacionais para o Brasil, suas regiões, unidades da federação, municípios e instituições escolares, tendo em vista a manutenção da comparabilidade dos dados, permitindo, assim, o incremento de séries históricas;

III - avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação praticada no País em seus diversos níveis governamentais;

IV - subsidiar a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas públicas em educação baseadas em evidências, com vistas ao desenvolvimento social e econômico do Brasil; e

V - desenvolver competência técnica e científica na área de avaliação educacional, por meio de intercâmbio entre instituições de ensino e pesquisa, bem como de servidores do Inep, docentes e gestores da educação de todos os entes envolvidos.

Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

Art. 4º O Saeb tem como referência as seguintes dimensões de qualidade para a avaliação da educação básica:

I - atendimento Escolar;

II - ensino e aprendizagem;

III - investimento;

IV - profissionais da educação;

V - gestão;

VI - equidade; e

VII - cidadania, direitos humanos e valores.

Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

Art. 5º O Saeb passará por ajustes técnico-pedagógicos com vistas a implementar os avanços da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), a Política Nacional de Alfabetização (PNA) e o novo Ensino Médio.

§ 1º Os referidos ajustes a serem precedidos deverão observar:

I - a progressiva realização de aplicação eletrônica, tanto dos testes cognitivos, como dos questionários a serem aplicados a estudantes, professores, diretores de escola e secretários de educação;

Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

II - a realização do Saeb censitário, anual e para as quatro áreas do conhecimento da educação básica;

III - a aplicação de instrumentos de medida às escolas de ensino regular e às de ensino médio integrado;

IV - a ampliação gradativa da população de referência da avaliação e das condições de acessibilidade dos testes e dos questionários;

V - a definição do escopo avaliativo do Ensino Médio, que também passará a oferecer um exame alternativo de ingresso ao ensino superior; e

VI - a definição das matrizes de referência dos testes cognitivos, considerando-se o disposto na BNCC, nas DCNs e em estudos técnicos sobre os currículos estaduais do ensino fundamental e do ensino médio.

§ 2º A Educação Infantil será avaliada a cada dois anos exclusivamente pela aplicação de questionários eletrônicos de natureza não cognitiva.

Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

Art. 6º O Presidente do Inep instituirá Comissão Especial constituída por representantes do Inep, MEC, Consed, Undime e Pesquisadores da área da avaliação e do currículo, bem como outros integrantes julgados de notório saber, com o fim de assessorar técnica e pedagogicamente na formulação dos instrumentos de avaliação e na progressiva ampliação da população de referência do Saeb.

Art. 7º Serão celebrados acordos de cooperação técnica (ACT) com os entes federados em consonância com o pacto federativo, nos termos da Lei nº 13.005/2014, que promulgou o Plano Nacional de Educação, ancorado em efetivo regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e contará com a coleta de dados junto aos sistemas de ensino e às escolas públicas e privadas brasileiras.

Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

Art. 8º Face ao esforço necessário para a implementação gradual dos aperfeiçoamentos planejados, esta Autarquia poderá receber servidores e empregados públicos cedidos pela administração direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, desde que o ônus da respectiva remuneração seja do órgão ou entidade cedente, observando-se a legislação em vigor.

Art. 9º Para a adequada consecução do Programa de inovação do Saeb, em função da escala e complexidade desta ação, serão produzidos pelas Diretorias do Inep envolvidas no Saeb os respectivos projetos de implementação gradual do novo modelo avaliativo.

Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

Art. 10. As Diretorias apresentarão ao Gabinete da Presidência do Inep os Termos de Abertura de Projeto e Planos de Projeto Saeb sob sua responsabilidade em até 60 dias após a vigência desta Portaria.

Parágrafo único. O planejamento e a execução do Portfólio do Programa e Projetos do Inep terão as seguintes atribuições e responsabilidades:

I - Diretoria de Avaliação da Educação Básica - DAEB e Diretoria de Tecnologia e Disseminação de Informações Educacionais - DTDIE:

- a) Saeb Ensino Fundamental;
- b) Saeb Ensino Médio;
- c) Projeto - Teste Adaptativo Computadorizado - CAT.

II - Diretoria de Gestão e Planejamento - DGP:

- a) Programa de Residência em Avaliação Educacional.

Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

Art. 11. O plano de implementação das inovações no Saeb terá como referência para sua conclusão o ano de 2026.

Art. 12. O Inep publicará anualmente Portaria de operacionalização de cada edição da avaliação com o cronograma das etapas de implementação das inovações do Saeb.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

7- PERÍODO REPUBLICANO NO BRASIL (1889 – 2014)

- ✓ Será considerado marcos sociopolíticos e econômicos que delimitam mudanças na história deste período;
- ✓ O desenvolvimento do Ensino Profissional, sua sistematização e sua relação contraditória com o Ensino Médio serão enfatizados através de cinco marcos:
 - Primeira República (1889 – 1930)
 - Era Vargas (1930 – 1945)
 - Segunda República (1945 – 1964)
 - Regime Militar (1964 – 1985)
 - Nova República (1985 – 2014)

Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

7.1 Primeira República (1889 – 1930)

A Primeira República, além de República Velha, é muito conhecida também como República Oligárquica e isso porque esse período ficou marcado pelo predomínio das oligarquias sobre nosso país.

As oligarquias eram forças políticas que baseavam o seu poder em suas posses, isto é, na terra (os oligarcas eram, em geral, grandes proprietários de terra).

ENSINO PROFISSIONAL → Desvalidos da sorte



Pedagogia preventiva quanto corretiva



Em 1910 o Asilo dos Meninos Desvalidos, criado no período Imperial, foi denominado Instituto Profissional João Alfredo, que tornou-se um estabelecimento em regime de internato, com o objetivo de proporcionar a educação intelectual, moral e prática para o bom desempenho das profissões.

Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

7.2- Era Vargas (1930 – 1945)

- **Centralização do poder** → Ao longo de seus quinze anos no poder, Vargas tomou medidas para enfraquecer o Legislativo e reforçar os poderes do Executivo. Essa característica ficou evidente durante o Estado Novo.
- **Política Trabalhista** → Vargas atuou de maneira consistente no sentido de ampliar os benefícios trabalhistas. Para isso, criou o Ministério do Trabalho e concedeu direitos aos trabalhadores. Era uma forma de reforçar seu poder aproximando-se das massas.
- **Propaganda Política** → O uso da propaganda como forma de ressaltar as qualidades de seu governo foi uma marca forte de Vargas e que também ficou evidente durante o Estado Novo a partir do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP.)
- **Capacidade de negociação política** → A capacidade política de Vargas não surgiu do nada, mas foi sendo construída e aprimorada ao longo de sua vida política. Vargas tinha uma grande capacidade de conciliar grupos opostos em seus governos.



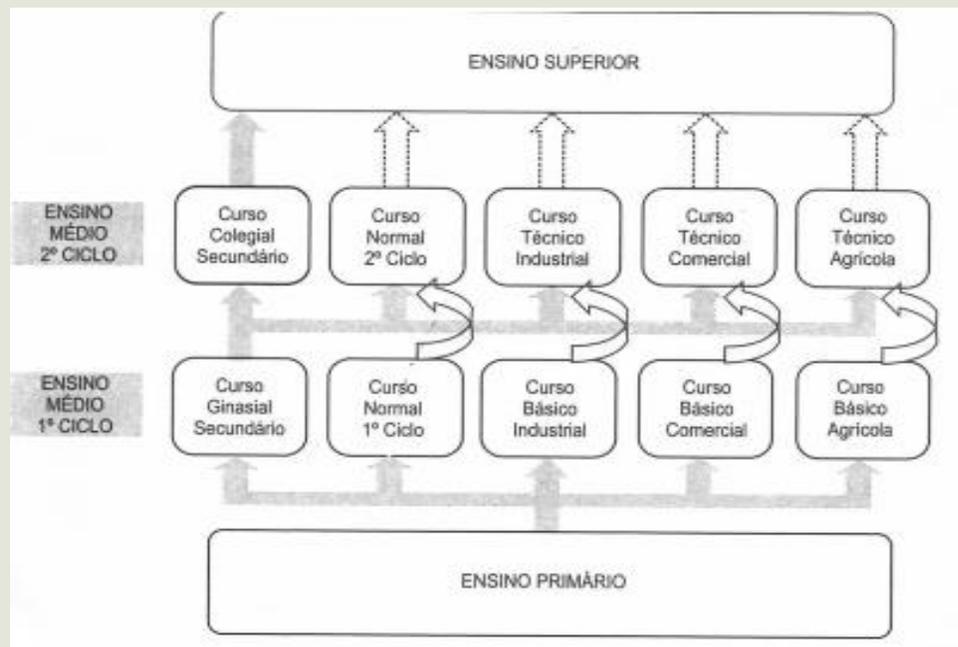
Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

7.2- Era Vargas (1930 – 1945)

ENSINO PROFISSIONAL

Articulação entre os ramos e ciclos de Ensino, estabelecida pelas Leis Orgânicas (1942 – 1946)

Foi oficializado a dualidade do sistema escolar, oferecendo ensino secundário para os que pretendiam cursar o ensino superior e o ensino profissionalizante para os que tinham necessidade imediata de ingressar no mercado de trabalho.



Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

7.3- Segunda República (1945 – 1964)

Reforma no ensino introduzindo disciplinas de caráter técnico-científico no secundário e aumentando a interferência do governo na educação.

A Escola Nova vigente na época: defendia a escola pública, universal e gratuita.

De 1920 – 1931 lutas das correntes educacionais (Católica e Escola Nova) que eram antagônicas entre si. Em 1931 a ala católica consegue fazer o ensino religioso facultativo nas escolas.



ENSINO PROFISSIONAL

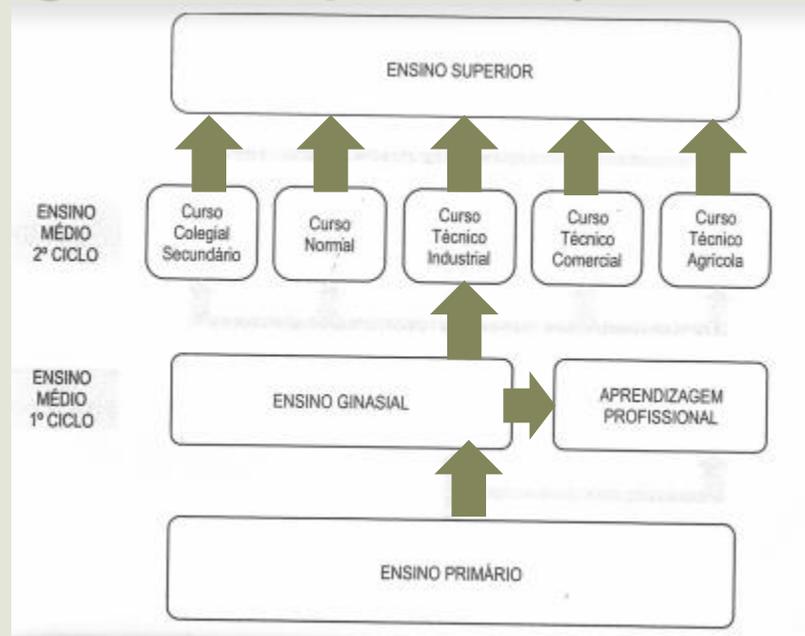


A educação apresentou características pragmáticas e tecnicistas, para atender as necessidades imediatas do mercado de trabalho, fornecendo principalmente mão-de-obra para as indústrias estrangeiras.

Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

7.3- Segunda República (1945 – 1964)

Articulação tendencial entre os níveis de Ensino, estabelecida pela Lei n. 4.024/1961



Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

7.4- REGIME MILITAR (1964 – 1985)

A Ditadura Militar no Brasil foi um regime autoritário que teve início com o golpe militar em 31 de março de 1964, com a deposição do presidente João Goulart. O regime militar durou 21 anos (1964-1985), estabeleceu a **censura à imprensa, restrição aos direitos políticos e perseguição policial aos opositores do regime.**

Os gastos do Estado com a educação foram insuficientes e declinaram, o que interferiu:

- na estrutura física das escolas, que apresentaram condições precárias de uso; no número de professores leigos, que aumentou entre 1973 e 1983, fato que se mostrou mais grave na região Nordeste, onde 36% do quadro docente tinha apenas o 1º grau completo;
- e nos salários e condições de trabalhos dos professores, que sofreram um crescente processo de deterioração.



Política, gestão e diversidade de períodos no contexto da educação brasileira

7.4- REGIME MILITAR (1964 – 1985)

ENSINO PROFISSIONAL →

A avaliação estava pautada no oferecimento de uma profissionalização em nível de segundo grau e com caráter terminal. As classes populares se contentariam com uma formação profissional em nível médio e não pleiteariam mais as vagas para o ensino superior.

Era uma tentativa de frear as lutas por acesso ao ensino superior por meio de uma formação para o trabalho no ensino que, na época, era chamado de segundo grau.

ENSINO DE 1º GRAU → ENSINO DE 2º GRAU → ENSINO SUPERIOR

Articulação entre os níveis de Ensino,
estabelecida pela Lei n. 5.692/1971